

COMITÊ DO ITAJAÍ



Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí

PACTO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE CHEIAS NO VALE DO ITAJAÍ

Subordinando-se aos princípios e objetivos estabelecidos na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, fixados respectivamente no artigo 2º da Lei Federal nº 9.433/97 e nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 9.748/94, o presente PACTO consiste na adoção das diretrizes estabelecidas na Oficina de Planejamento realizada pelo Comitê do Itajaí entre os dias 14 e 16 de junho de 1999 e que deverão ser observadas na elaboração de quaisquer planos de prevenção e contenção de enchentes na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

As diretrizes são apresentadas na forma de linhas de ação inseridas dentro de 5 eixos temáticos, conforme descrição a seguir:

EIXO TEMÁTICO 1: CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DO MEIO RURAL

Linha de Ação 1.1 - Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município.

Linha de Ação 1.2 - Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias.

Linha de Ação 1.3 – Manejar adequadamente os cursos d'água.

EIXO TEMÁTICO 2: GESTÃO URBANA PARA CONTROLE DE ENCHENTES, IMPLANTADA EM TODA A BACIA

Linha de Ação 2.1 – Implantação e adequação dos planos diretores municipais.

Linha de Ação 2.2 – Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias.

Linha de Ação 2.3 – Gerenciamento de águas pluviais.

EIXO TEMÁTICO 3: GESTÃO E CONTROLE NA REDE DE DRENAGEM

Linha de Ação 3.1 – Gerenciamento da rede de drenagem.

Linha de Ação 3.2 – Controle da rede de drenagem.

EIXO TEMÁTICO 4: IMPLEMENTAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA

Linha de Ação 4.1 – Avançar no cumprimento da legislação.

Linha de Ação 4.2 – Melhorar a convivência com as cheias.

EIXO TEMÁTICO 5: SISTEMA EMERGENCIAL

Linha de Ação 5.1 – Implantar sistema emergencial na bacia hidrográfica.

O detalhamento de cada uma das linhas de ação bem como sua priorização estão inseridas no Anexo e fazem parte integrante deste PACTO.

ANEXO

DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O PLANO DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE ENCHENTES NO VALE DO ITAJAÍ

Comitê do Itajaí

Blumenau, SC
Junho de 1999

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Antecedentes	5
1.2. Objetivos e programa da Oficina.....	5
2. INÍCIO DOS TRABALHOS	6
3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE PLANEJAMENTO	7
3.1. Reflexões sobre a situação atual	7
3.2. Levantamento e ordenamento dos eixos temáticos.....	7
3.3. Construção da Matriz de Diretrizes: identificação das linhas de ação para cada eixo temático e elaboração de uma análise das mesmas.....	7
3.4. Priorização das linhas de ação.....	8
3.5. Identificação dos possíveis parceiros/responsáveis por essas linhas de ação	9
3.6. Encaminhamentos finais.....	9
Quadro 1 - APRESENTAÇÃO	10
Quadro 2 - OBJETIVOS DA OFICINA	11
Quadro 3 - PROGRAMA	11
Quadro 4 - LEVANTAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS	12
Quadro 5 – Eixo temático 1 – Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural.....	13
Quadro 6 - Eixo temático 2 – Gestão Urbana para controle de enchentes, implantada em toda a bacia.....	17
Quadro 7 - Eixo temático 3 – Gestão e controle na rede de drenagem	21
Quadro 8 - Eixo temático 4 – Implementar educação ambiental na Bacia hidrográfica .	23
Quadro 9 – Eixo temático 5 – Sistema emergencial	24
Quadro 10 - Priorização das Linhas de Ação	25
Quadro 11 - Levantamento de possíveis parceiros/responsáveis	26
Quadro 12 - Avaliação da oficina	28

1. INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes

A necessidade de que sejam definidas diretrizes para o *plano de proteção e contenção de enchentes no Vale do Itajaí* vem de encontro à solicitação por parte do Governo do Estado de que sejam tomadas providências urgentes pelo Comitê do Itajaí para a elaboração de um projeto que previna ou minimize os efeitos das enchentes periódicas que assolam a região. Embora desde 1995, quando da assinatura de um protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a OECF¹ tenha sido estabelecida a base das ações a serem financiadas pela OECF no Projeto JICA², este não foi implementado. Inúmeros problemas foram os responsáveis pela não implantação do projeto, entre elas todo um processo mal conduzido de elaboração do EIA/RIMA necessário. Nessa oportunidade (1996) surgiu o projeto IPA, cuja função foi o de alimentar politicamente o processo de contratação do financiamento do projeto JICA. Uma vez mais em nada resultou essa nova proposta. O processo foi suspenso, assim como o contrato para a realização do EIA/RIMA. O novo Governo, em 1999, retomou a questão e solicitou que o Comitê do Itajaí se pronunciasse para que possam ser renegociadas as bases do financiamento com o Governo do Japão e que se possa utilizar os recursos financeiros disponibilizados pela OECF. O Comitê do Itajaí, por sua vez, entendeu que a melhor forma de chegar a um consenso seria através de uma ampla participação dos atores envolvidos. Esses atores, incluindo técnicos, políticos, representantes do Comitê, entre outros interessados, deveriam identificar as *diretrizes* para o plano que deve embasar as negociações. Assim, iniciou-se um processo participativo que culminou com a presente Oficina.

A existência de uma carta de intenções anterior não inviabiliza o atual processo de ajuste das questões relativas à implementação de um projeto de financiamento uma vez que não se está alterando o objetivo finalístico do plano, ou seja, *a prevenção e controle das enchentes no Vale*. A intenção é a de se levantar outras alternativas de trabalho com ações diversificadas e que atendam as expectativas do Comitê, legitimamente representante da sociedade envolvida.

O evento realizou-se em Blumenau, entre os dias 14 e 16 de junho de 1999, nas dependências do Campus de Pós-Graduação da FURB e contou com a participação de uma média de 22 pessoas conforme o **Quadro 1**.

O presente documento descreve o *processo geral de trabalho* adotado na Oficina, além de *reproduzir os trabalhos realizados* pelos participantes.

1.2. Objetivos e programa da Oficina

Os *objetivos gerais da Oficina* foram:

- *definir as diretrizes do pacto de prevenção e controle de enchentes no Vale do Itajaí, e*
- *consolidar as propostas apresentadas*

Os *objetivos da presente oficina* estão descritos no **Quadro 2**.

O *programa* estabelecido para os quatro dias de trabalho foi assim constituído (**Quadro 3**):

- *abertura e início dos trabalhos*

¹ OECF – Overseas Economic Cooperation Fund

² JICA – Japan International Cooperation Agency

- *apresentação dos participantes*
- *objetivos e programa da oficina*
- *recomendações para a escrita e visualização das idéias*
- *recomendações para o trabalho de grupo*
- *apresentação e reflexão da situação atual*
- *definição dos grandes eixos temáticos a serem tomados como diretrizes para o plano em questão*
- *identificação das linhas de ação e suas respectivas ações necessárias e suficientes*
- *análise da factibilidade de execução dessas linhas de ação e de suas respectivas atividades (ações)*
- *priorização das linhas de ação*
- *levantamento dos responsáveis/parceiros pela linhas de ação referentes às diretrizes adotadas*
- *reflexão final sobre as propostas consolidadas e encaminhamentos finais*
- *avaliação da Oficina*
- *encerramento*

2. INÍCIO DOS TRABALHOS

A abertura da Oficina se deu formalmente pelo Reitor da FURB, Prof. Egon José Schramm que, além de dar as boas vindas aos presentes, fez uma breve introdução às razões da presente Oficina. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Paulo Gouvea - Secretário de Estado, que pediu empenho do grupo na busca de soluções urgentes para o problema das enchentes no Vale. Também, definiu a situação como uma “corrida contra o tempo” para enfatizar tal urgência.

O próximo a falar foi o Sr. Dieter Grimm, Prefeito de Agrolândia e Vice-Presidente do Comitê, que abordou as diferenças do cenário atual para aquele que deu origem à concepção do projeto JICA, exortando o grupo a chegar o mais perto possível de um plano viável para a situação presente. Em seguida, falou o Sr. Wilson Wandall - Deputado Estadual, que em nome do poder legislativo deu todo o apoio à iniciativa em promover o presente debate, referindo-se especificamente à importância do processo participativo com os diferentes atores sociais presentes ao mesmo.

A última mensagem coube ao Sr. Edson Brunsfeld - Vereador por Blumenau, que acompanhou o grupo da “Missão Europa” *para conhecer as técnicas modernas de prevenção de cheias* e relatou suas impressões à partir dos resultados alcançados pelos programas de contenção de enchentes desenvolvidos em países como a Alemanha e Suíça. Sua principal mensagem foi a que não se deve “desmanchar o que a Natureza fez”, como um claro alerta de que é preciso tomar cuidado com as obras que se planeja.

Encerrada a abertura, foi dado início aos trabalhos da oficina.

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE PLANEJAMENTO

3.1. Reflexões sobre a situação atual

Esta etapa da Oficina caracterizou-se por apresentações referentes à situação atual, quer sobre o aspecto de diagnósticos recentemente realizados, quer sobre os históricos do Projeto JICA e do Projeto IPA.

A primeira apresentação, a cargo da Prof. Dra. Beate Frank, traçou o panorama atual da problemática das enchentes com base em inúmeros diagnósticos realizados nos diferentes municípios da Bacia. Foram apresentados gráficos e tabelas bastante elucidativos da situação presente. Ainda com base nos diagnósticos realizados, o Prof. Dr. Adilson Pinheiro complementou os dados anteriores esclarecendo outros detalhes importantes para a elaboração do pacto.

O Eng. Luiz Antônio Braga Martins fez, em seguida, uma exposição do histórico e da concepção do Projeto JICA. A apresentação gerou uma forte discussão em torno das bases do projeto e de sua filosofia voltada, primordialmente, à contemplação de obras estruturais.

Em seguida, O Dr. Luiz Fernando K. Merico apresentou um síntese do Projeto IPA que encerra uma concepção mais holística de como resolver os problemas relativos às enchentes no Vale.

3.2. Levantamento e ordenamento dos eixos temáticos

A primeira atividade desta etapa do planejamento foi o *levantamento dos eixos temáticos*, candidatos a futuros *resultados* na composição de um plano de projeto para os objetivos propostos na Oficina. O trabalho foi realizado em plenária a partir de uma *tempestade de idéias* onde cada um dos presentes teve a oportunidade de opinar e fazer propostas.

Em seguida, as propostas foram agrupadas segundo suas afinidades e desses agrupamentos resultaram 5 *eixos temáticos*, descritos como:

- *conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural*
- *gestão urbana para o controle de enchentes*
- *gestão e controle da rede de drenagem*
- *sistema de emergência*, e
- *educação ambiental*

O painel referente a esta atividade encontra-se reproduzido no **Quadro 4** (*Levantamento dos eixos temáticos*).

3.3. Construção da Matriz de Diretrizes: identificação das linhas de ação para cada eixo temático e elaboração de uma análise das mesmas.

A partir dos eixos temáticos elencados no passo anterior, foi construída uma *Matriz de Diretrizes* cujo objetivo foi analisar mais detalhadamente cada um dos eixos. Para tal, foram formados 4 grupos de trabalho segundo as afinidades, conhecimento e vivência de cada participante para com o tema abordado.

A tarefa constituiu-se em definir, para cada *eixo temático*:

- suas principais *linhas de ação*,
- as *ações* necessárias e suficientes para as mesmas,

- . os *impactos favoráveis*,
- . os *impactos negativos*,
- . as *realizações já efetuadas*,
- . *o que ainda falta fazer*,
- . os *entraves* (legais, financeiros, burocráticos, políticos, etc.), e
- . os *conflitos previstos* para a execução dessas ações.

Por razões práticas, decidiu-se que o grupo 04 trabalharia tanto o eixo temático referente ao *sistema de emergência*, como aquele sobre a *educação ambiental*. Os grupos tiveram ainda a tarefa de dar uma redação condizente a cada eixo temático, de forma a configurá-lo como um futuro *resultado* de um *plano estratégico contra enchentes*.

Assim, ficaram constituídos os seguintes eixos temáticos e suas respectivas linhas de ação:

1. Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural

- . *Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município*
- . *Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias*
- . *Manejar adequadamente os cursos d'água*

2. Gestão urbana para controle de enchentes, implantada em toda a bacia

- . *Implantação e adequação dos planos diretores municipais*
- . *Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias*
- . *Gerenciamento de águas pluviais*

3. Gestão e controle na rede de drenagem

- . *Gerenciamento da rede de drenagem*
- . *Controle da rede de drenagem*

4. Implementar a educação ambiental na bacia hidrográfica

- . *Avançar no cumprimento da legislação*
- . *Melhorar a convivência com as cheias*

5. Sistema emergencial

- . *Implantar sistema emergencial na bacia hidrográfica*

A reprodução dos painéis completos da Matriz de Diretrizes incluindo a *análise das ações* encontra-se nos **Quadros 05 a 09 (Identificação e análise das ações)**

3.4. Priorização das linhas de ação

A próxima etapa da Oficina foi o estabelecimento de uma *priorização das linhas de ação* propostas no passo anterior. Essa priorização foi realizada segundo votação por pontuação. Para tal, cada participante recebeu uma etiqueta, num total de 5, para que fossem colocadas uma em cada linha de ação tida como prioritária. Ao final, foram contados os pontos e o resultado encontra-se reproduzido no **Quadro 10**.

Por decisão da plenária, mesmo estando priorizadas, foram consideradas todas as linhas de ação, uma vez que o conjunto delas foi tido como importante, suficiente e necessário para o objetivo proposto.

No momento da elaboração do plano, essas ações prioritizadas poderão ser revistas no sentido de se separar aquelas de curto, médio e longo prazo em sua execução.

3.5. Identificação dos possíveis parceiros/responsáveis por essas linhas de ação

Esta etapa teve por finalidade correlacionar as instituições, órgãos, grupos e pessoas envolvidas com a problemática que se quer resolver com as linhas de ação elencadas. Trata-se de um primeiro momento na identificação desses responsáveis/parceiros. Futuramente, quando da elaboração do plano do projeto, deverá ser realizada uma análise minuciosa quanto às fragilidades, potencialidades, interesse, etc. de cada um dos parceiros com relação ao projeto.

A identificação dos possíveis parceiros ou responsáveis pelas ações contidas em cada uma das linhas de ação estabelecidas é, sem dúvida, uma ferramenta importantíssima no momento de se definir os participantes de uma Oficina em que se pretenda elaborar um plano para o projeto. Além daqueles que ajudaram a formular as diretrizes, devem estar presentes representantes de futuros ou atuais parceiros interessados na solução dos problemas.

A reprodução dessa tarefa encontra-se no **Quadro 11**.

3.6. Encaminhamentos finais

A última etapa de trabalho da Oficina disse respeito aos *encaminhamentos finais*. A finalidade foi a de levantar as *próximas ações* a serem realizadas para garantir a continuidade do processo de planejamento das ações para o futuro projeto.

Esses encaminhamentos foram:

- ***Apresentar as diretrizes levantadas e tomadas, por aclamação, como do consenso do grupo desta Oficina à Assembléia do Comitê.***

É de capital importância tal apresentação não apenas para divulgação do trabalho realizado, mas também para que o Comitê possa assimilá-las e validá-las para a continuidade do processo.

- ***A Assembléia deverá definir quem, representando o Comitê, deverá participar da elaboração do plano segundo as diretrizes apontadas na Oficina.***

A legitimidade das propostas apresentadas e que representam o consenso do grupo deve garantir que as mesmas sejam levadas em conta em qualquer futuro planejamento.

- ***A Secretaria do Comitê deverá preparar com antecedência tudo que for necessário para a viabilização da elaboração do plano, no mais breve espaço de tempo.***

Entre o que deve ser preparado para as futuras reuniões, no sentido de viabilizar a elaboração do plano, está a relação das pessoas que devem participar das mesmas. A partir do levantamento realizado sobre os *possíveis responsáveis/parceiros*, torna-se mais fácil a identificação, por linha de ação, daqueles que deverão estar presentes nas reuniões.

Quadro 1 - APRESENTAÇÃO

GRUPOS	NOMES	FORMAÇÃO	NOSSAS AFINIDADES	NOSSAS DIFERENÇAS
GRUPO 1	Oscar José Graf	Eng. Eletrecista	3	- Domicílios diferentes - Partidos políticos diferentes
	Klaus Peter Michel	Eng. Florestal	- Brusquenses - Engenheiros	
	Berenice Martins da Silva	Eng. Sanitarista	- Conheceram cheias	
	Luiz Fernando Merico	Geólogo	- Setor Público - Área ambiental	
GRUPO 2	Beate Frank	Física	- Queremos encontrar a melhor destinação dos recursos de OECF	- Somos 1 do Alto, 1 do Médio, 1 da Fóz onde nascemos e 1 da capital (Catarinense por Opção)
	Dieter Grimm	Administrador	- Temos interesse nos problemas regionais	
	Luiz Krobel	Eng. Civil	- Todos queremos resolver o problema do conjunto	- O nível de envolvimento devido ao cargo ou função que ocupamos
	Nelson Infanti	Geólogo		
GRUPO 3	Julio Teixeira	Bacharel em Direito	Controle de cheias	Métodos organizacionais
	Marcio Lucas	Tác. Defesa civil	Funções vinculadas ao estado	
	Luiz Antônio Braga	Eng. Civil Esp.: Obras hidráulicas	Relacionamento direto com as comunidades	Especialidade profissional
GRUPO 4	Susana	Bióloga	Ensino e Aplicação	Pesquisa ambiental x controle ambiental
	Adilson	Recursos hidricos	Preservação	Qual. Água x hidrologia
	Carlos Augusto	Oceonógrafo	Causas ambientais (recursos hidricos)	Habitantes da bacia x não
			Todos já lecionaram	Cidades diferentes Experiencia profissional Autonomia de ação
GRUPO 5	Edson	Eng. Agrônomo/ Bacharel ADM.	Atuação sempre em órgão público	Atuação em áreas distintas na Bacia (Alto, Médio e Baixo Vale)
	Rolando	Eng. Sanitarista (Vig. Sanitária) Mestrando Eng. Ambiental	Formação em area Ambiental	
	Aloir	Lic. História Natural	Atuação em entidades de ação regional Trabalha em ADM. Pública Municipal	Natureza do cargo público (Técnico, confiança, efetivo)
GRUPO 6	Wigold	Adm. Empresas Ecologista Agricultor	Respeiot limites da natureza	Origem Rural e Urbana
	Sandra	Arquiteta e Urbanista	Questão Ambiental	
	Arlindo	Eng. Agrônomo	Elaboração de Projetos	Autonomia e Ação

Quadro 2 - OBJETIVOS DA OFICINA

Qual o objetivo desta oficina?

- Definir as diretrizes do Pacto
- Consolidar propostas apresentadas

Para que?

- Para definir a melhor forma de lidar com as enchentes do Vale

Então:

- Que precisamos fazer para isso?
- Quais as diretrizes para a formação de um plano viável ?
- Quais as ações necessárias ?

Quadro 3 - PROGRAMA

	8:30 – 10:00	10:30 – 12:30	14:00 – 16:00	16:30 – 18:30
2ª Feira 14/06	Abertura Apresentação	Objetivos / Roteiros Recomendações Diagnósticos	Diagnósticos Levantamento dos eixos temáticos Linhas de ação	Análises das ações
3ª Feira 15/06	Trabalho de Grupo (Análise das ações)	Continuação	Continuação	Mercado de informações (Apresentação dos Painéis)
4ª Feira 16/06	Identificação dos responsáveis priorização	Continuação	Apresentação e discussão de dados	Avaliação final Encerramento

Quadro 4 - LEVANTAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS

GRUPO 1

(Beate, Suzana, Arlindo, Wigold)

Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural

Palavras chave: Mata Ciliar, Entulho em Barragens, Estradas vicinais meio rural, Uso do solo, Pequenos cursos da água, Erosão, Cobertura vegetal

GRUPO 2

(Sandra, Luís, Alberto, Berenice, Dieter, Oscar)

Gestão urbana para o controle de cheias

Palavras chave: Ordenamento terretorial, Drenagem urbana, Áreas de risco, Terraplanagem, Ocupação humana, Lixo/Entulho, Impermeabilização

GRUPO 3

(Rolando, Nelson, Aloir, Adilson, Luis, Antônio, Guto)

Gestão e controle da rede de drenagem

Palavras chave: Escoamento, Marés, Lagoas de peixes e arrozearas, Barragens, Extração de areia, Cursos da água, Captação, Retenção, Navegação, Sedimentação

GRUPO 4 e 5

(Marcio, Ademar, Julio, Merico, Claus, Gariba)

Educação Ambiental

Palavras chave: Educação Ambiental

Sistema de emergência

Palavras chave: Monitoramento, Vias de transporte, Defesa civil, Meios de comunicação, Dados hidrometeorológicos, Sistema de alerta

Quadro 5 – Eixo temático 1 – Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural

Linha de ação 1 – Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município

Ações	Impactos favoráveis	Impactos negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
1.1.1 Implantar reservas legais (de 20 %)	Menor escoamento superficial	Limitação de áreas para uso agrícola tradicional	Legislação disponível	Educ. Florestal	Falta de alta responsabilização (atribuição de outrem)	Interesses setoriais classe política
1.1.2 Recuperar e manter mata ciliar	Maior tempo de concentração de água	Inviabilização da agricultura em algumas propriedades	Fiscalização (Polícia Ambiental, FATMA, IBAMA)	Banco de dados - lev. aerofotogr. - Cadastramento - Floresta/Propriedade - Utilização de imagens de satélite	Estrutura deficiente das instituições públicas	Interesse dos produtores rurais
1.1.3 Recuperar e manter APP (encostas)	Maior evapotranspiração	monocultura	Parques e Reservas - Sassafrás - Canela preta - Serra abelha	Viveiros florestais (nativas, exóticas e ornamentais)	Alocação inadequada de RH	Interesse da iniciativa privada (Ind. Mad.e FUMAG)
1.1.4 Implantar florestas comerciais	Proteção e reposição água subterrânea		- Das nascentes - São francisco e RPNs	Parceirias e cooperação (Gov., ONGs, UNIV., Empr.)	Falta de articulação entre profissionais e instituições	Posturas ideológicas
1.1.5 Criar unidades de conservação (Parques e reservas)	Regularização de vazões		Licenciamento	Renegociação do projeto de contenção de cheias	Negociação internacional contemplou apenas "obras"	
1.1.6 Manter e enriquecer a cobertura florestal atual	Proteção da biodiversidade		Comitê do Itajaí	Agilizar MB II (contrato e execução)	Concepção vigente na comunidade sobre contenção de cheias	
	Suprimento das propriedades (lenha, madeira, alim.)		~1 % das propriedades com R. legal averbada	Fomento para implantação e averbação RL, APP e Mata Ciliar	Falata de recursos (1.1.1 a 1.1.6)	
	Melhoria da paisagem		Alto vale 30% prop. Mantem remanescentes flor	Dinamizar PCDF	Falta de esclarecimento dos proprietários rurais	
	Nova alternativa econômica para propriedades		Médio vale 80% prop. Mantem remanescentes flor	Estimular instalação de uni. Cons.	Falata de informações sobre formas de uso previstas nas leis (1.1.4)	
	Geração de trabalho		PCDF – Projeto Catarinense Desenv. Florestal	Estimular mant. Da cob. Flor. Nativa existente		

	Atratividade para turismo		Baixo Vale 40% prop. Mantem remanescentes flor	Estabelecer política florestal para a bacia (1.1.1 a 1.1.6)		
			Programa piloto de recup. Mata Ciliar da APREMAVI	Abertura de linhas de crédito com juros subsidiados (idêntico ao crédito agrícola) (1.1.4)		
			Projeto Micro Bacias 1	Utilização de imagens de satélite (1.1.1 a 1.1.6)		
				Reestruturar e intensificar a fiscalização		

Linha de ação 2 – Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias

Ações	Impactos favoráveis	Impactos negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
1.2.1 planejar propriedades agrícolas e aptidão solo e limitações legais	Maior conhecimento da propriedade 2a	N.D	Planejamento individual da propriedade (PIP) no MBI	Mapeamento da capacidade do uso do solo em escala compatível	Falta de integração entre instituições	Diferentes culturas e objetivos das organizações
	Readequação das atividades agrícolas e pecuárias 2b		Planejamento feito pela indústria fumaceira	Ampliar execução PIP ou similar	RH (alocação inadequada e insuficiente)	Rejeição a mudanças
	Possibilidade de planejamento das ações futuras		Censo agropecuário municipal em alguns municípios	Ampliar execução do censo agropecuário municipal	Custo operacional	Divergência de opinião entre gerações
	Maior acesso a novas alternativas		Experiências agroecológicas	Integração institucional e parcerias na execução	Descapitalização dos proprietários	
	Maior acesso ao crédito e assistência Técnica		Microcorredores ecológicos (APREMAVI)	Educação: visão integrada propriedade/bacia	Falta de política agrícola eficiente	
1.2.2 usar práticas conservacionistas (mec. e vegetativas)	Erosão do solo (2 a)		Exp. Existentes em práticas conservacionistas	Motivação/capacitação dos proprietários		
	1b		Pesquisa em plantas para cobertura do solo,	Paisagismo natural em torno das benfeitorias		
	Humanização do trabalho >Diversificação, atividades e produção >Produtividade >Lucratividade >Qualidade de vida >Giro de R\$ no munic.		Máquinas e implementos adequados à prat. Conserv., Projeto melhoria da qualidade de vida(AMAVI),	Aumentar o volume do crédito e novas linhas Avaliar as condições de mercado Fomentar a criação de consórcios ou cooperativas agropecuárias	Igual à ação 1.2.1	Igual à ação 1.2.1

			Capacitação e treinamento de técnicos e agric. Lagoas de retenção de sedimentos	Divulgação e difusão de práticas conservacionistas		
1.2.3 Integrar e realocar estradas vicinais e carreadores	Menor custo de manutenção	Impacto ambiental,	Projeto DER Microbacia Taludes com vegetação ornamental e produtiva	Implementar progr. melhor de vida		
	Readequação das atividades agrícolas e pecuárias,	Impacto social (desapropriação)		Pesquisar plantas para práticas cons.		
	Menor escoamento superficial,			Desenvolver máq. e técnicas conserv.		
	Maior conhecimento da propriedade.			Redirecionar uso máq. agrícolas		
				Capacitação e treinamento		
				Motivar e dinamizar arborização de taludes	Falta sensibilização e conhecimento técnico do poder público e da comunidade	Igual a ação 1.2.1
				Capacitar técnicos		
				Capacitar operadores das Pref.	Dificuldade de concessão de lavra para extração de material de revestimento primário	
				Levantamento da extensão das estradas vicinais e carreadores		
			Motivar e dinamizar a instalação de lagoas de retenção de sedimentos.	Dificuldade do licenciamento da extração (burocracia)		

Linha de Ação 3 – Manejar adequadamente os cursos d'água

Ações	Impactos favoráveis	Impactos negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
1.1.3 Retirar entulhos e evitar novas deposição de entulhos	Retenção de água	Risco remanescente de cheias em alguns pontos	Experiências negativas com retificações realizadas	Lançar uma Semana da água na Bacia	Pouco conhecimento técnico	
1.3.2 Manter os cursos d'água na sua configuração original	Qualidade da água	Risco de perda de culturas e benfeitorias instaladas nas várzeas	Mobilizações comunitárias de limpeza com bons resultados	Levantar impactos constatados em decorrência das obras	Falta de visão integrada (O dono da Água)	

1.3.3 Fazer uso múltiplo das estruturas hidráulicas existentes	Regularização do fluxo de água			Implantar sistema para coordenação do uso das estruturas hidráulicas		
				Disponibilizar recursos para viabilizar uso múltiplo das estruturas hidr.		
				Seguro para cobrir perdas pelo uso múltiplo		
				Mapear e dimensionar as estruturas hidr. Existentes		
				Intensificar fiscalização		
1.3.4 Estudar a viabilidade de pequenas retenções (na escala de microbacia)	Aprendizado na convivência com as cheias			Estruturar parcerias e cooperação		Diferenças de culturas institucionais
1.3.5 Observar a Legislação na construção de açudes, lagoas e tanques	Preservação dos mananciais hídricos			Realizar projetos pilotos de pequenas retenções		Diferenças de culturas institucionais

Quadro 6 - Eixo temático 2 – Gestão Urbana para controle de enchentes, implantada em toda a bacia

Linha de Ação 1 – Implantação e adequação dos planos diretores principais

Ações	Impactos favoráveis	Impactos Negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos Previstos
2.1.1 Constituir equipes permanentes de planejamento	Diminuição nos custos de treinamento e capacitação		Existência de institutos de planejamento municipal	Criar estruturas municipais de planejamento	Remuneração X Capacitação	Perda de autonomia do poder executivo
	Continuidade de ações/integração		Profissionais concursados	Contratar profissionais capacitados	Recursos	
	Dinamização de adequações e ajustes				Demanda de tempo	
2.1.2 Desenvolver banco de dados	Suporte para o planejamento e adequação dos planos diretores		Estudos científicos	Fortalecer e instrumentalizar as associações de municípios	Falta de valorização da questão de poder público/comunidade - de	Cultura organizacional
			Dados levantados	Implantar SIG nas prefeituras	Falta de recursos	
			Saúde/Educação Cadastros	Fazer levantamento de dados (sistemas)	Tratamento inadequado de informações do serviço público	
2.1.2 Desenvolver banco de dados			Diagnósticos e planos diretores			
2.1.3 Levantar áreas de risco	Prevenção de calamidades		Planos diretores existentes	Todas as anteriores	Todos os anteriores	Comunidades instaladas nas áreas de risco
	Facilitações da Defesa Civil		Levantamentos isolados (pesquisas)			
	Controle da ocupação		Cartas-enchentes			Painel 04
			Gaspar - Crise			
2.1.4 Estabelecer diretrizes de uso e ocupação do solo para a Bacia	Ações integradas		Comitê da Bacia	Todas as anteriores na escala da Bacia	A inexistência da Agência da Água	Divergências intermunicipais
			Proposta do ZEE			
2.1.5 Implantar mecanismos de participação	Diminuição da rejeição de propostas		Existência de conselhos municipais e de alguns setores organizados na comunidade	Utilizar métodos que permitam o planejamento participativo	Inexistência de equipe permanente de planejamento	Perda de autonomia e decisão do executivo e dos técnicos
	Comunidade participando do processo decisório			Implementar a criação de conselhos e a organização da sociedade		
2.1.6 Promover o planejamento urbano integrado (incluindo Planos de drenagem urbana)	Otimização da aplicação de recursos		Processos de planejamento implantado em algumas prefeituras	Todos acima	Todos os anteriores	
	Eficiência da infraestrutura urbana					
	Integrações reduzindo conflitos					

2.1.7 Estabelecer políticas habitacionais	Redução na imigração		Alguns planos diretores	Aquisições de áreas para assentamento	Uso político	
	Redução da ocupação das áreas de risco			Obtenção de recursos para financiamento	Políticas habitacionais locais X falta de política habitacional regional	
				Identificar tecnologias de construção econômica		
2.1.8 Estabelecer políticas para as áreas de preservação permanente consolidadas	Ampliação das áreas de alagamento natural de rios e ribeirões		Alguns planos diretores	Criação de um programa para relocação ou adaptação de edificações	Características históricas e culturais do processo de ocupação	Restrição ao uso da propriedade
			Ações civis públicas			
2.1.9 Estabelecer políticas para as áreas inundáveis consolidadas	Aumento da cobertura		Legislação Ambiental	Cumprimento da Legislação existente	Falta de recursos	
	Redução dos prejuízos econômicos das cotas inundáveis		Planos de defesa civil		Vontade política	
					Sensibilização da população	

Linha de Ação 2 – Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias

Ações	Impactos Favoráveis	Impactos Negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
2.2.1 Estabelecer convênios com os prestadores de serviços públicos (evitando o uso inadequado do solo)	Diminuição da barganha política		Convênios isolados Celesc/Casan/Samae/Corpo de Bombeiros/Prefeituras Municipais	Desenvolver propostas de normalização de procedimentos pelo Comitê do Itajaí	Vontade Política	Aceitação da Comunidade
	Cumprimento do Plano diretor			Normalização de procedimentos pelos órgãos reguladores	Construções irregulares	Restrição do uso da propriedade
	Comprometimento dos prestadores de serviços			Envolvimento da comunidade no processo		
2.2.2 Estabelecer parcerias (visando a educação ambiental para o correto uso do solo)	Conscientização da Comunidade			Treinamento de multiplicadores	Falta de interesse da comunidade	
				Parcerias entre escolas, clubes de serviço e associações	Falta de Recursos	
				Produções de material didático	Falta de experiências já realizadas	
2.2.3 Cobrar a implantação de compensação financeira aos municípios com restrições do uso do solo	Consolidação de áreas de preservação			Criar fórum de discussão de projeto de Lei	Decisão política	Redistribuição de recursos
	Aporte de recurso financeiro para o município			Mobilizar as forças políticas para aprovar a lei	Falta de mobilização	
					Desconhecimento sobre os benefícios	

2.2.4 Gerenciar os processos de migração	Fornecer dados para o planejamento rural e urbano		Programas efetuados pela secretaria municipal de agricultura/EPAGRI	Programas efetivos de fixação do homem no campo	Paradigmas culturais	Carceramento da liberdade individual
	Minimizar os problemas da migração			Sistema de monitoramento e de informações		Atuação política partidária
		Diminuir a pressão sobre as áreas urbanas de risco		Reuniões da secretaria da família (assistência social)	Programas efetivos de geração de emprego e renda	Vontade política
				Programas isolados de geração de emprego e renda	Programas efetivos habitacionais	Recursos financeiros
						Desconhecimento das Leis
2.2.5 Implantar sistemas integrados de fiscalização/monitoramento do uso do solo na Bacia	Cumprimento da Legislação		Todas as anteriores	Todas as anteriores	Todos os anteriores	Todos os anteriores
	Otimização de Recursos					

Linha de Ação 3 – Gerenciamento de Águas Pluviais

Ações	Impactos Favoráveis	Impactos Negativos	Realizações já Efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos Previstos
2.3.1 Aumentar a cobertura vegetal na área urbana	Aumento da retenção	Desapropriação	Existência isolada de algumas Leis e Programas (arborização urbana, etc.)	Identificação das áreas para conservação e recuperação (reflorestamento)	Falta de Recursos	Indenização de áreas
2.3.1 Aumentar a cobertura vegetal na área urbana	Melhoria da qualidade do ar (microclima)			Produção de mudas (intensificar)	Áreas ocupadas	Direito de propriedade
	Aumento da fauna			Incentivar a criação de áreas privadas verdes		
	Diminuição do escoamento/retenção			Criação de parques e praças municipais		
2.3.2 Restringir as áreas urbanas impermeabilizadas	Melhoria paisagística			Definir Legislação específica no plano diretor		
				Identificar tecnologias de pavimentos porosos e incentivar sua utilização		
2.3.3 Implantar e adequar sistemas de drenagem pluvial	Melhoria do escoamento/retenção	Aumento da velocidade de escoamento para o rio	Redes de drenagem existentes, alguns equipamentos	Elaboração de drenagem (Plano diretor)	Falta de recursos	
	Diminuição de áreas alagadas	Transtornos do sistema viário (temporário reversível)		Aquisição de equipamentos e contratação de equipes de manutenção	Redes existentes mal projetadas e construídas	

2.3.4 Dar manutenção aos sistemas de drenagem implantados				Considerar o uso de dissipadores de energia e/ou Bacias de acumulação nos pontos de lançamento de drenagem		
2.3.5 Dar a correta destinação ao lixo/entulhos	Redução dos lixões e depósitos a céu aberto		Programas isolados de coleta seletiva e reciclagem	Identificar formas e locais de disposição adequada dos resíduos	Recursos	Lixo é problema do outro (cultura)
	Redução dos entulhos nas áreas inundáveis		Existência de aterro em alguns municípios	Aterro sanitário	Paradigmas culturais	
	Redução do volume de lixo/entulho depositado nos rios e ribeirões			Aquisição de equipamentos		
				Campanhas de esclarecimento		
				Programa efetivo de coleta seletiva (reciclagem)	Falta de locais adequados para a disposição de resíduos	
				Controle da deposição de entulhos		
2.3.6 Implantar medidas de utilização de retenção e infiltração	Redução do escoamento		Estudos já efetuados (TUCCI, IIPH) (Sandro, UFSC)	Legislação específica dos planos diretores	Paradigma cultural	
	Redução do consumo de água potável			Modelos técnicos para serem implantados	Falta de Recursos	
	Aumento da infiltração					

Quadro 7 - Eixo temático 3 – Gestão e controle na rede de drenagem

Linha de Ação 1 – Gerenciamento da rede de drenagem

Ações	Impactos Favoráveis	Impactos Negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
3.1.1 Diagnosticar a situação hidráulica sedimentológica na rede de drenagem	Apoio à formulação de projetos	X	FURB, JICA, UNIVALI, ANEEL, INPH, DEOH	Levantamentos adicionais sedimentometria	Limitações financeiras	X
	Permitir decisões corretas			Implantação dos modelos hidrodinâmicos de simulação	Falta de conhecimento sobre o potencial das ações	
	Conhecimento preciso da origem e amplitude das causas das cheias					
	Maior conhecimento da Bacia e seus potenciais			Divulgação da necessidade de diagnosticar		
3.1.2 Diagnosticar as atividades desenvolvidas na rede de drenagem	Disciplinar e orientar as atividades	X	DNPM, CELESC, ADHOC, DEOH	Levantamento de campo	Confiabilidade dos dados	Conflito de interesses
	Identificar/especificar que atividades se pretende diagnosticar			Estudos de impactos	Acesso aos dados	
3.1.3 Elaborar planos e projetos de intervenção baseados nos diagnósticos	Minimização das cheias	X	JICA, IPA, DEOH, Prefeituras	Integração de projetos	Integrações de equipes e instituições	Compatibilização com a Legislação Ambiental
				Estudos de cenários		
				Identificação de áreas de risco		
3.1.4 Elaborar programa de divulgação e disseminação dos resultados dos diagnósticos						
3.1.5 Diagnosticar a influência e impactos das medidas não estruturais na rede de drenagem						
3.1.6 Organizar a estrutura da gestão	Facilitar articulação institucional		Existência do Comitê do Itajaí	Criação da Agência da Água		
	Maior participação comunitária					

Linha de Ação 2 – Controle da Rede de Drenagem

Ações	Impactos favoráveis	Impactos Negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
3.2.1 Conservar e melhorar as condições estruturais existentes	Minimização das cheias	X	Dragagens e desobstrução das barragens	Obras de manutenção e recuperação	Disponibilidade de Recursos	X
	Segurança operacional		Obras de manutenção e melhoria operacional	Estruturas complementares		
3.2.2 Otimizar a operação das estruturas existentes	Minimização das cheias	X	Experiência de operação	Modelo de otimização da operação	Falta de articulação	Interesses divergentes entre usuários de áreas alagadas
	Segurança operacional			Avaliar uso das barragens existentes	Acesso a dados	
3.2.3 Implementar obras estruturais	Minimização e controle de cheias	Dados ambientais, sociais e econômicos	JICA, IPA, Prefeituras, DAS, DEOH, ADHOC	Novos Projetos	Recursos financeiros	Informação distorcida
	Benefícios econômicos e sociais			Avaliar e otimizar projetos existentes		
				Avaliar e inventar obras efetivadas	Resistência da comunidade (maiores esclarecimentos)	Ocupação das áreas de risco
3.2.4 Implementar medidas não estruturais	Minimização de cheias	Redução de áreas potenciais para outros usos	Proposição de ações	Identificar áreas de retenção	Falta de projetos	Usos múltiplos
	Potencialização para outros usos econômicos	Impactos ambientais (terraceamento)		Avaliar a eficiência das medidas	Falta de concientização	Ocupação das áreas de risco
				Projetos executivos		
				Identificar medidas não estruturais		

Quadro 8 - Eixo temático 4 – Implementar educação ambiental na Bacia hidrográfica

Linha de Ação 1 – Avançar no cumprimento da Legislação

Ações	Impactos favoráveis	Impactos negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
4.1.1 Criar órgãos municipais de meio ambiente	Maior respeito às áreas de risco e APP	X	Defesa Civil de Rio do Sul, Blumenau, Rio do Oeste, Brusque, Ituporanga	Criar órgão ambiental e Defesa Civil para os outros municípios	Financeiros: - Falta de recursos, -Falta de prioridades, - Má aplicação	X
4.1.2 Estruturar Defesa Civil nos municípios	Melhoria da prevenção		Órgão ambiental de Blumenau		Cultural: -Falta de reconhecimento, -Resistência	
					Político: -Falta de decisão, -Falta de articulação	

Linha de Ação 2 – Melhorar a convivência com as cheias

Ações	Impactos favoráveis	Impactos negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos previstos
4.2.1 Capacitar recursos humanos em educação ambiental	Melhoria da Gestão Ambiental	X	Ações: setoriais como: cartilhas municipais	Decisão política	Recursos humanos –Falta pessoas capacitadas	Processo econômico (desenvolvimento)
4.2.2 Realizar ações integradas regionais de educação ambiental			Semanas do meio ambiente	Definir metodologia		
4.2.3 Produção de material didático sobre nova visão de gerenciamento de cheias				Realizar Semana da Água em todo o vale		

Quadro 9 – Eixo temático 5 – Sistema emergencial

Linha de Ação 1 – Implantar Sistema Emergencial na Bacia Hidrográfica

Ações	Impactos Favoráveis	Impactos Negativos	Realizações já efetuadas	O que precisa fazer	Entraves	Conflitos Previstos
5.1.1 Complementar o Sistema de Alerta na Bacia	Obtenção de dados hidrometeorológicos em tempo real	Informações incorretas (geralmente de pessoas desinformadas)	Estações telemétricas Bnu, Indaial, Timbó, Apiúna, Ibirama, Itu, R. Sul, Taió, V. Ramos, Brusque, B. Oeste e B. Rio Bonito	Instalar Novos Postos telemétricos	Financeiro - Falta de recursos - Falta de prioridades	Competência da operação
	Conhecimento da situação da cheia em tempo real			Previsão cheias para outras cidades da Bacia	Recursos Humanos - Falta de pessoas capacitadas	
	Operação das barragens		Coleta de dados das estações existentes	Previsão da quantidade de chuva	Político - Falta de decisão - Falta de articulação	
	Previsão das cheias		Operação das barragens Norte, Sul, Oeste	Manutenção das estações existentes		
	Diminuição das perdas materiais e humanas		Previsão de cheia Blumenau e Rio do Sul	Definir responsabilidades da operação		
				Disseminação do funcionamento do sistema		
				Colocar em operação as estações telemétricas		
5.1.2 Estruturar a Defesa Civil	Catástrofes serão administradas	X	Dc em Blumenau e Rio do Sul estruturadas	Estruturar DC nas demais cidades	Cultural	X
				Desenvolver planos de Defesa Civil	Financeiro	
				Difundir dos alertas de cheias para a comunidade	Financeiro político	
				Evacuar de flagelados		
				Assistência alimentar, abrigos e saúde		
				Prevenção de cheias		
				Educação ambiental		
5.1.3 Implantar vias de acesso para emergência	Facilitar o deslocamento das pessoas	Desapropriação	Levantamento feito pela Sec. De D. E. no Alto Vale	Rotas alternativas	Desapropriações	X
		Impactos ambientais de toda ordem		Executar via de contorno da barragem norte		

				Executar a trans-enchente	Situações topográficas	
				Cobrar do Governo do Estado trabalho no Alto Vale	Recursos Financeiros	

Quadro 10 - Priorização das Linhas de Ação

LINHA DE AÇÃO	Nº de Votos	Classificação
3.1 Gerenciamento da rede de drenagem	14	1
1.1 Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município	12	2
1.2 Manejar adequadamente os cursos d'água	10	3
4.2 Aumentar o conhecimento e a convivência com as cheias	10	3
1.3 Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias	9	4
2.1 Implantação e adequação dos planos diretores principais	9	4
3.2 Controle da rede de drenagem	8	5
2.3 Gerenciamento das águas pluviais	6	6
5.1 Implantar sistema emergencial na Bacia Hidrográfica	6	6
2.2 Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias	1	7
4.1 Avançar no cumprimento da Legislação	0	8

Quadro 11 - Levantamento de possíveis parceiros/responsáveis

Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural

Linha	Possíveis parceiros/responsáveis
1.1	-SOS (EPAGRI/CIDASC) -PREFEITURAS (Meio Ambiente de Agricultura) -ONG's -SDM/FATMA -INDÚSTRIAS -MINISTÉRIO PÚBLICO
1.2	-S.D.A. (EPAGRI/CIDASC/ICEPA) -PREFEITURAS -DER -ONG's -FUMAGEIRAS -COOPERATIVAS
1.3	-DAS (EPAGRI/CIDASC) -SDM/FATMA -PREFEITURAS -ONG's -SOCIEDADE

Gestão urbana para controle de enchentes implantada em toda a Bacia

Linha	Possíveis parceiros/responsáveis
2.1	-SDM -Comitê do Itajaí -Associação de municípios -Prefeituras -COHAB (2.1.8) -FATMA (2.1.9) -Secretaria de desenvolvimento econômico e Mercosul
2.2	-Prefeituras -Comitê do Itajaí -Prestadores de Serviço Público -FATMA -SDM/DAS/Secretaria da família -Polícia Ambiental -Ministério Público
2.3	-Prefeituras -Comitê do Itajaí

Gestão e Controle da Rede de Drenagem

Linha	Possíveis parceiros/responsáveis
3.1	-Comitê (Agência da água) -SDM -STO/DEOH -DAS/CLIMERH/EPAGRI -FURB/UNIVALI
3.2	-Comitê -STO/DEOH -SDM -DAS/EPAGRI/CIDASC

Sistema Emergencial

Linha	Possíveis parceiros/responsáveis
5.1	-FURB -CLIMERH/EPAGRI -Prefeituras da Bacia do Itajaí -CEDESC -TELESC -CELESC -DER -DEOH

Quadro 12 - Avaliação da oficina

Luzes	
Finalizou com resultado concreto	Riqueza de informações
Convívio com pessoas	Trabalho participativo
Troca de experiências	Tratamento amplo e democrático do problema
Boa participação (Espaço democrático)	Sequência lógica dos trabalhos
Integração interinstitucional	Conseguiu-se chegar ao objeto proposto
Início de integração entre diversas instituições	Os momentos de convergência no grupo
Dinâmica e aumento do conhecimento	O processo
Atingiu o objetivo	Reuniu pessoal capacitado
Vencemos o desafio	Forma democrática da condução da oficina
A formação variada dos integrantes, caracterizando um grupo nitidamente multidisciplinar	A segurança da consultoria
	A escolha do local (sem maiores interferências externas)

Sombras	
O atraso na abertura, no primeiro dia da oficina	O atraso de alguns integrantes (chegadas tardias)
A interferência de aspectos ideológicos por alguns participantes dificultando a discussão (preconceitos)	Falta de prática de planejamento participativo
Cansativo	Frequência alternada prejudicou o andamento
Assuntos desviados do objetivo	Pouco conforto, tornando o trabalho cansativo
Falta de perspectivas de um plano real (Pacto)	Duração do Workshop
Infraestrutura do local	Posições intransigentes